

RIO DE JANEIRO: EXEMPLO DE METRÓPOLE PARTIDA E SEM RUMO?

Luiz César de Queiroz Ribeiro

RESUMO

Este artigo analisa as mudanças sócio-econômicas e espaciais ocorridas na última década na cidade do Rio de Janeiro — para o autor, uma cidade é emblemática do que pode vir a ser a sociedade brasileira com a consolidação do projeto neoliberal de inserção do Brasil no mercado mundial. Submetida a um processo de desindustrialização regressiva, a cidade vem sofrendo de maneira particularmente perversa os efeitos da crise do capitalismo tardio brasileiro. A globalização tenderia a acentuar as tendências de fragmentação e dualização, consolidando uma cidade partida em duas dinâmicas sociais e políticas, que perderia portanto o controle de sua historicidade.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; metrópole; desindustrialização; fragmentação; dualização; globalização.

SUMMARY

This article analyzes the socioeconomic and spatial changes that have occurred in the city of Rio de Janeiro over the last decade. According to the author, the city illustrates what might come to happen to Brazilian society with the consolidation of the neo-liberal project that aims to insert Brazil into the world market. Subjected to a regressive deindustrialization process, the city has felt the effects of the crisis in late capitalist development in a particularly perverse fashion. Globalization would tend to deepen fragmentation and dualization tendencies, consolidating a city divided into two social and political dynamics, one which would lose control of its own historicity.

Keywords: Rio de Janeiro; metropolis; deindustrialization; fragmentation; dualization; globalization.

A metrópole do Rio de Janeiro está se constituindo no emblema do que poderá ser a sociedade brasileira com a consolidação do projeto neoliberal de inserção do Brasil no mercado mundial. Usando do neologismo, podemos dizer que a globalização periférica em curso nos subordina crescentemente aos interesses do circuito financeiro mundial e promove a despossessão da capacidade de controle sobre a nossa historicidade. Em um país marcado por um grande acúmulo de desigualdades sociais, onde o desenvolvimento do capitalismo deixou inacabada a estrutura social e gerou classes dominantes estruturalmente incapazes de formular um projeto nacional e socialmente integrador, o cenário futuro que se anuncia é de uma sociedade não mais desigual, mas fortemente fragmentada e sem rumo histórico.

O Rio de Janeiro condensa de maneira extraordinária todos estes problemas, misturando aqueles decorrentes da crise da economia fluminense com os que resultam dos significativos passos já tomados em Brasília para implantar o projeto

de globalização periférica. As elites cariocas buscam preparar a cidade do Rio de Janeiro para "entrar na nova era da competitividade", reorientando os investimentos para aqueles pontos da infra-estrutura econômica que ofereçam vantagens comparativas às frações do capital mundial e construindo uma política de imagens que pretende mostrar ao mundo dos analistas de riscos que já passou a era da cidade-problema, da cidade-violência, da cidade-degradação ambiental. Entramos agora no ciclo da cidade-negócio. É curioso e irônico que repete-se nestes dias a mesma ambiência social e cultural da passagem do século, onde para atrair a atenção internacional foi necessário mostrar ao mundo que a era da cidade-doença já tinha sido superada. Para tanto, sob a batuta de Pereira Passos, o "Prefeito de punho", as elites da cidade, com o apoio do governo federal, realizaram um programa de reforma urbana cuja essência foi a construção da cenografia que serviu de quadro e emblema da internacionalização do Rio de Janeiro. Enquanto isto, as camadas populares deslocadas do centro da cidade subiam os morros ou buscavam os longínquos e desprovidos subúrbios, onde continuavam a prevalecer precárias condições de vida. Mas naqueles "tempos eufóricos de reforma", as novas elites urbanas, criadas com a passagem da economia escravista-exportadora para a economia especulativa-urbana, olhavam a cidade e seu povo com olhar de estrangeiro. Sem a alteridade interna, buscavam construir os símbolos da sua identidade de classe pela identificação com as elites cosmopolitas das cidades européias. O povo e as suas condições de vida não importavam, a não ser como expressão da resistência da tradição ao necessário projeto de inclusão do Rio na nova ordem urbana, internacional e civilizada.

Hoje como ontem, a cidade é preparada para uma nova fase de inserção. As nossas elites locais e nacionais tomam este projeto como emblema da proposta neoliberal. O que sucederá com a cidade e seu povo com a sua concretização? Será vaticínio do futuro do Rio de Janeiro a metáfora da "cidade partida", tão utilizada e divulgada por uma parte da imprensa? Será que a economia e a sociedade do Rio de Janeiro serão inexoravelmente submetidas a dinâmicas globais que tornam historicamente inviável qualquer projeto próprio de desenvolvimento?

A desindustrialização regressiva: desassalariamento e precarização do trabalho

A crise do modelo desenvolvimentista tem repercussões específicas no Rio de Janeiro, em razão de a sua economia estar há alguns decênios em decadência estrutural, cuja principal causa está no fato de ter sido historicamente depositária dos setores que se tornaram sucessivamente obsoletos no decorrer das revoluções industriais, tais como a siderurgia e a construção naval (Sulamis, 1990). Nunca conseguiu apropriar-se dos setores de ponta de bens de consumo duráveis que se concentram em São Paulo, o que levou à instauração de uma estrutura industrial dinamizada apenas pelo mercado local. Por esta razão, a dinâmica econômica do Rio de Janeiro sempre foi dependente do comportamento do setor terciário local — formado por um segmento moderno (financeiro, informática, comércio) e por outro tradicional de serviços pessoais — e das variáveis macroeconômicas que influenciam os movimentos da massa salarial.

A política de ajuste estrutural tem, portanto, repercussões diretas no Rio de Janeiro. A reforma administrativa, com a contração do setor público¹, e a política de arrocho salarial fazem com que a economia do Rio de Janeiro tenha enormes perdas de renda, já que drenam segmentos profissionais que formam o corpo da administração direta e indireta dos órgãos federais até então nele sediados e diminui a massa salarial. Por outras palavras, a economia do Rio de Janeiro é altamente influenciada pelas políticas recessivas e expansionistas. Assim, por exemplo, em

(1) Estima-se que o setor público federal, estadual e municipal seja responsável por cerca de 1 milhão de empregados públicos — a economia do Rio de Janeiro é altamente sensível às políticas recessivas.

1986 a cidade conheceu uma forte expansão econômica como consequência dos efeitos do Plano Cruzado sobre a massa de salários. Como é conhecido, tendo o setor de bens salários baixa capacidade para gerar efeitos para frente e para trás, passado o momento conjuntural de expansão da massa salarial, o crescimento é substituído pela estagnação.

A análise da natureza do crescimento de 7,5% da população ocupada ocorrido durante a década de 80 indica tendência de perda de dinamismo da economia do Rio de Janeiro, já que corresponde, ao mesmo tempo, à desindustrialização e ao crescimento dos setores tradicionais do terciário, onde prevalecem baixa produtividade e informalização, e apenas um pequeno aumento do setor moderno de serviços auxiliares à indústria.

Tabela I
Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Pessoas Ocupadas pelos Setores Econômicos - 1981/1990
(%)

Setores	1981	1990	Variação
Indústria de Transformação	20,7	19,3	-6,8
Indústria da Construção	7,7	5,4	-29,9
Outras atividades industriais	2,4	2,0	-20,0
Serviços e Comércio	69,3	73,1	5,5
Comércio Ambulante	2,8	3,6	28,6
Comércio Formal	10,0	11,7	17,0
Serviços Domésticos	8,6	7,4	-14,0
Serviços Pessoais	14,4	17,9	24,3
Serviços Produtivos ⁽¹⁾	6,9	7,2	4,3
Adm. Pública	9,6	6,1	-9,7
Ativ. Sociais	12,5	11,7	15,8

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

Apud: IBGE, PNADs 1981, 1990.

(1) Serviços financeiros, técnico-profissionais e comércio e administração de imóveis.

Observa-se, portanto, que a desindustrialização da economia urbana do Rio de Janeiro tem particularidades em relação ao mesmo fenômeno que vem ocorrendo nas cidades dos países desenvolvidos, onde tal tendência está associada ao processo de reestruturação produtiva, que reconfigurando as relações de trabalho, faz crescer os chamados "serviços produtivos". É apenas residual, com efeito, a expansão desta modalidade de serviços em comparação ao forte crescimento da "economia urbana da sobrevivência", onde está um grande contingente de prestadores de serviços pessoais, ambulantes, biscateiros etc. Vale a pena notar ainda que durante a década de 80 houve uma diminuição expressiva do número de pessoas ocupadas no serviço público, certamente consequência da política de ajuste estrutural.

Outra evidência dos efeitos regressivos da desindustrialização do Rio de Janeiro é o aumento do desassalariamento e a crescente precarização dos assalariados.

Tabela II

Região Metropolitana do Rio de Janeiro
População Ocupada por Posição - 1981/1990
(%)

	1981	1990
Empregadores	3,7	4,3
Empregados	58,8	56,7
Empregados Públicos	12,4	11,2
Conta Própria	15,5	19,5
Trab. Domésticos	8,8	7,5
Não Remunerado	0,7	0,7

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

Apud: IBGE, PNAD's 1981, 1990.

Obs.: exclusive os sem declaração.

A diminuição do número de empregados e o aumento dos conta-própria expressam a tendência ao desassalariamento, que só marginalmente está associada à terciarização das relações de trabalho. Com efeito, analisando a composição dos conta-própria, identificamos a existência de um vasto contingente que obtém baixa remuneração e um pequeno segmento com média e alta remuneração. Os aumentos relativos nas faixas que recebem mais que 5 salários-mínimos e a manutenção do peso dos que recebem até 2 salários-mínimos (mostrados na *tabela III*) indicam que o desassalariamento está reiterando a existência de dois segmentos do mercado de trabalho, certamente um correspondendo ao terciário moderno e outro à "economia urbana da sobrevivência".

Tabela III

Região Metropolitana
Rendimento Mensal dos Conta-Própria - 1981/1990

Faixa de Renda	1981	1990	Variação(%)
Até 2 SM	59,2	58,6	-1,0%
De 2 a 5 SM	30,4	28,0	-7,9%
De 5 a 10 SM	7,2	8,2	13,9%
+ de 10 SM	2,7	3,8	40,7%

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

Apud: IBGE, Tabulações Especiais das PNAD's 1981 e 1990.

Obs.: exclusive os sem declaração.

É ainda interessante notar que o expressivo aumento dos empregadores indicado na *tabela II* não quer dizer o surgimento de um dinâmico setor de microempresários, como aconteceu nas economias urbanas onde a desindustrialização correspondeu à reestruturação produtiva. Na verdade ocorreu a expansão de um segmento de empregadores pobres, já que houve uma sensível diminuição (20%) dos empregadores com remuneração superior a 5 salários-mínimos. Tudo leva a crer na existência de um movimento de circulação dos não-assalariados entre as posições de conta-própria e a de empregador, em função das microconjunturas de expansão e recessão.

O aumento da precarização do trabalho na década de 80 se expressou na diminuição do número de empregados com carteira, que baixou de 47,5% para 43,2% dos ocupados, e pela expressiva diminuição dos que contribuem para a previdência social, que passou de 70,4% em 1981 para 66,1% em 1990, representando uma diminuição de 6,1% (Ribeiro et alii, 1996: 67/78). Por outro lado, complementando o quadro de desassalariamento e precarização, diminuiu em 3 horas a média de horas semanais trabalhadas no Rio de Janeiro (Ribeiro et alii, 1996: 83).

O principal efeito da desindustrialização fluminense tem sido, portanto, a regressão do mercado de trabalho, com consequências diretas sobre os níveis de remuneração² e sobre a estrutura social. Em 1990, 50% da população ocupada ganhava 2,3 salários-mínimos ou menos, isto é, 25% abaixo do início da década³. Por outro lado, entre 1981 e 1990 manteve-se praticamente inalterada a distribuição das ocupações manuais e não-manuais e as de níveis superior e médio. Contraditoriamente, tal imobilidade ocupacional ocorreu apesar do forte aumento do nível educacional da população, já que a taxa de analfabetismo das pessoas com idade superior a 15 anos caiu de 11,7% para 9,5%; aumentou de 5,6 para 6,4 a média de anos de estudo da população com idade igual ou superior a 25; e, entre este segmento, aumentou de 9,1% para 11,8% o contingente daqueles que têm alta escolaridade⁴ (Ribeiro et alii, 1996: 47/56).

Tabela IV

Região Metropolitana - População Ocupada
1981/1990
(%)

	1981	1990
Ocupações Manuais	62,6	62,8
Ocupações Não-Manuais	36,5	36,4
Empregadores	3,7	4,3
Empregados	32,8	32,1
Nível Superior	24,6	23,8
Nível Médio	8,2	8,3

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

Apud: IBGE, Tubulações Especiais das PNAD's 1981 e 1990.

Obs.: exclusive os sem declaração.

(2) Trabalhos têm mostrado que a força de trabalho do Rio de Janeiro tem elevado nível educacional, superior ao verificado em São Paulo. (Amadeo, Perro & Meyer, 1996). Entretanto, esta qualificação não resulta em maiores salários, pois o que condiciona o nível e a qualidade do emprego. Em outras palavras, o fato de o mercado de trabalho do Rio de Janeiro ser caracterizado pela existência de uma oferta com forte peso de postos de trabalho nos setores tradicionais do terciário, elevada incidência de empregos sem carteira e de trabalhos por conta própria explicaria a baixa remuneração, bem inferior às obtidas em São Paulo.

(3) Em consequência, aumentou a margem de pobreza absoluta e relativa. Estimativas de Rocha (1994:126) indicam que entre 1981 e 1990 a proporção de pobres vivendo na metrópole do Rio de Janeiro passa de 27,2% para 32,2%, quando em todas as outras regiões metropolitanas, com exceção de Porto Alegre, ocorreu a diminuição da proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.

(4) Consideramos com alta escolaridade a população adulta com 12 ou mais anos de estudo.

A desconcentração metropolitana e polarização sócio-espacial

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, a desconcentração populacional observada para o conjunto do país ganhou contornos especiais, em razão da combinação dos efeitos gerais da transição demográfica brasileira com os decorrentes da desindustrialização regressiva. Foi nesta região que se observou a menor taxa de crescimento entre as metrópoles (1,1%) e na cidade do Rio de Janeiro, a menor taxa entre as capitais do país (0,8%). Além da queda da taxa de fecundidade, que tradicionalmente é a menor do país (3,4), a explicação encontra-se na forte diminuição do fluxo migratório e no surgimento da tendência à emigração da região metropolitana. Estimamos que entre 1980 e 1990 tenha ocorrido um saldo negativo de cerca de 580 mil pessoas. Parte desta emigração dirigiu-se para cidades médias do interior do estado, como indica a taxa de crescimento dos municípios fluminenses com população entre 50 e 100 mil habitantes, e parte para outras

idades do país, o que expressa a tendência à desconcentração metropolitana.

Observou-se, também, a continuação do fenômeno da desconcentração urbana, como indica a queda do peso do município do Rio de Janeiro na população moradora na região metropolitana. Entre 1970 e 1991, com efeito, a cidade do Rio de Janeiro passa de 60,9% para 55,9%, resultado do deslocamento das áreas centrais para a periferia.

Tabela V
Taxa de Crescimento Anual por Áreas
da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
1970/1980/1991
(%)

Áreas	1970/1980	1980/1991	Tendências
Zona Sul-Niterói	1,0	-0,3	Esvaziamento
Zona Norte	1,3	0,0	Esvaziamento
Subúrbio 1	0,6	-0,4	Esvaziamento
Subúrbio 2	2,5	1,6	Consolidação/Expansão
Zona Oeste	3,8	2,2	Expansão
Nova Iguaçu	4,1	1,5	Consolidação/Expansão
Baixada Fluminense	2,6	1,0	Consolidação
Demais Municípios	3,8	2,2	Expansão
Região Metropolitana	2,3	1,0	Desconcentração

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

Apud: IBGE, Censos, 1970, 1980, 1991.

Os debates em torno do chamado esvaziamento econômico do estado do Rio de Janeiro têm continuamente apontado o caráter megaencefálico da sua estrutura urbana como causa da sua perda de dinamismo, já que, concentrando espacialmente os problemas sociais e ambientais, desestimularia os investimentos privados. Deveríamos esperar, portanto, que as tendências apontadas anteriormente pudessem ter atuado no sentido inverso. Ora, uma das marcas da metrópole do Rio de Janeiro no último decênio foi a combinação entre mudanças demográficas e aumento da polarização sócio-espacial.

Em que pese a melhoria geral dos indicadores sociais sobre condições de vida, fato observado para o conjunto do país por outros estudos (Faria, 1992), a diminuição da pressão demográfica não apenas não foi suficiente para encurtar as diferenças sociais intrametropolitanas geradas no período anterior, como fez surgir novas tendências de polarização. Como se pode constatar pela leitura dos mapas em anexo, nas áreas periféricas encontramos maior presença de segmentos populacionais negros e pardos, mais jovens, menos escolarizados e exercendo atividades da "economia urbana da sobrevivência", portanto inseridos em ocupações informalizadas, precarizadas e de baixo rendimento. Assim, por exemplo, os municípios da primeira periferia metropolitana concentram uma população composta, em média, por 60% de negros e pardos, 30% de crianças com idade até 14 anos, população adulta com escolaridade média de 5 anos, apenas 3% de pessoas ocupadas no terciário moderno, 20% de empregados sem carteira e mais de 20% de ocupados por

conta própria. Nas áreas centrais, em contrapartida, o perfil da população é bastante diferente: 80% de brancos, 20% de crianças, população adulta com escolaridade média de 10 anos, 12% dela exercendo ocupações do terciário moderno, 12% de empregados sem carteira e apenas 14% de ocupados por conta própria.

Em consequência, aumentou a concentração social e espacial da renda. Entre 1981 e 1990, enquanto os 50% mais pobres da PEA tiveram sua renda reduzida de 14,6% para 12,8%, os 10% mais ricos elevaram a sua de 46,5% para 48,6%. No mesmo período, passou de 17,7% para 21,3% a proporção de pessoas ocupadas com rendimentos inferiores a 1 salário-mínimo, proporção que em São Paulo correspondia a cerca de 10%⁵. Por outro lado, o núcleo da região metropolitana, onde residem cerca de 11% da população e 9% das famílias, concentrava em 1990 cerca de 31% do total da renda familiar gerada no conjunto do estado do Rio de Janeiro. Já o primeiro anel periférico deste núcleo, formado pela Zona Norte e pelos subúrbios da Central do Brasil, concentrava 13% da renda, enquanto o restante da região metropolitana, onde moravam 52% das famílias, se apropriava de apenas 29% da renda familiar. A concentração espacial da renda⁶ só não foi maior na década de 80 em razão da desconcentração urbana e do aumento da população muito pobre moradora nas áreas centrais, provavelmente em decorrência de um processo de infiltração, como evidencia a tabela apresentada a seguir.

(5) Sabóia (1991).

(6) Fato notável é o comportamento dos municípios urbanos no interior do Estado. Por um lado, observou-se um aumento da renda familiar total concentrada nesta área, que passa de 10,3% para 12,1%, denotando um aumento de 17,5%. Por outro lado, a variação da mediana foi a menor. Este dois números indicam que ocorreu uma melhoria de renda das cidades não-metropolitanas, comparativamente ao que ocorreu no conjunto do estado, o que poderia estar associado ao fenômeno demográfico verificado de saída de pessoas da área metropolitana para o interior.

Tabela VI

Crescimento da População por Faixa de Renda, Segundo as Áreas
1981/1990
(%)

Área	Muito Pobre ⁽¹⁾	Pobre ⁽²⁾	Não-Pobre ⁽³⁾
Zona Sul/Niterói	46,7	20,3	-8,6
Zona Norte	31,8	-7,4	1,6
Subúrbio 1	26,4	16,0	-19,4
Subúrbio 2	89,9	-5,9	-9,5
Zona Oeste	-3,7	3,2	-3,7
Nova Iguaçu	49,4	-1,7	-32,2
Baixada Fluminense	6,6	4,5	-16,6
Demais Municípios	24,8	-1,9	-12,0
Estado do Rio de Janeiro	36,1	0,4	-12,5

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

Apud: IBGE, PNAD's 1981, 1990.

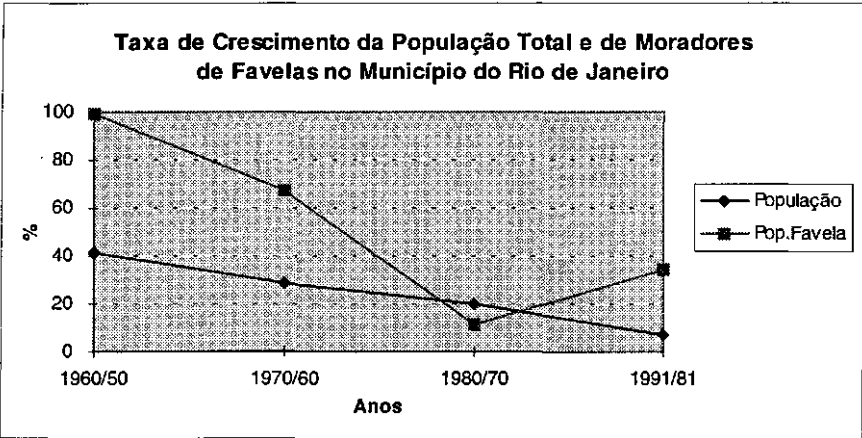
(1) População com renda per capita domiciliar até 0,5 SM.

(2) População com renda per capita domiciliar de 0,5 SM até 2 SM.

(3) População com renda per capita domiciliar igual a 2 SM.

Certamente associada a este fenômeno, na década de 80 ocorreu a inversão do movimento histórico de diminuição relativa da população moradora em favelas, como mostra o *gráfico I*.

Gráfico I



Fonte: IPLAN RIO

A polarização núcleo/periferia se transfere para o interior das áreas centrais, especialmente em termos de oposição favela/bairro. Se tomarmos a variável renda do chefe, por exemplo, verificamos que em 1991 eram acentuadas as diferenças entre estes dois espaços, como mostra a *tabela VII*.

Tabela VII
Distribuição dos Chefes da Família pelo Local de Moradia,
Segundo a Faixa de Renda
(%)

Faixas de Renda	Favela	Bairro(*)
Até 1 salário-mínimo	32,1	13,2
De 1 a 2 salários-mínimos	33,0	17,4
De 2 a 5 salários-mínimos	23,3	29,1
De 5 a 10 salários-mínimos	3,6	18,7
De 10 a 20 salários-mínimos	0,5	11,2
+ de 20 salários-mínimos	0,1	6,2
S/ Declaração	0,4	0,7
S/Rendimentos	7,0	3,4

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

Apud: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

(*) Sem a favela.

A polarização favela/bairro tem como causa principal a imperiosa necessidade dos segmentos mais excluídos do mercado de trabalho de morarem perto da fonte de concentração da renda, onde podem prestar pequenos e temporários serviços pessoais. Morar na periferia, neste caso, significa estar desconectado das condições monetárias da reprodução social. Por outro lado, a polarização é também a consequência das estratégias das grandes empresas imobiliárias que passaram a concentrar suas operações nos bairros que compõem o núcleo da região metropolitana, onde podem vender a exclusividade para os estratos de alta renda, como

REFERÊNCIAS

Abreu, M. & Bronstein, O. (1987) *Políticas públicas, estrutura urbana e distribuição de população de baixa renda na área metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPU-IBAM.

Amadeo, E., Pero, V., Meyer, J. (1996) "Uma análise da qualidade do emprego das regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1990". *Revista de Planejamento e Política Econômica*, IPEA.

Brunet, J. P. (1979) *Saint-Denis, la ville rouge*. Paris: Fayard.

Castells, M. (1989) *The informational city. Information technology, economic, restructuring and urban-regional process*. Oxford: Basil Blackwell.

Cardoso, L. & Ribeiro, L.C.Q. (1996) *Dualização e reestruturação. O caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRJ-FASE.

Fainstain, S., Gordon & Harloe, M. (1992) "Divided cities". Oxford & Cambridge: Blackwell.

Faria, V. (1992) "A conjuntura social no Brasil". *Novos Estudos*, 33.

Fourcaut, A. (1986) *Bobigny, banlieu rouge*. Paris: Editions Ouvrières.

Katznelson, I. (1981) *City trenches, urban politics and the patterning of class in United States*. New York: Pantheon Books.

Marcuse, P. (1989) "'Dual City': a muddy metaphor for a quartered city". *International Journal of Urban and Regional Research*, 13, pp. 697-908.

Mollenkopf, J. & Castells, M. (1992) *Dual city*. New York: The Russel Foundation.

Preteceille, E. (1988) *Mutations urbaines et politiques locales*, volume 1. Paris: Centre de Sociologie Urbaine.

_____. (1994) "Cidades globais e segmentação social". In: Ribeiro, L.C.Q. & Santos Junior, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1993) *Mutations urbaines et politiques locales*, volume 2. Paris: Centre de Sociologie Urbaine.

reação aos efeitos da crise econômica e suas repercussões no sistema financeiro da habitação (Cardoso e Ribeiro, 1996).

A convivência espacial dos dois pólos da estratificação social, aliada ao clima social instaurado pela "cultura do medo" (Soares, 1995), faz com que surjam novos mecanismos de segregação urbana. Surgem, assim, os condomínios fechados, as ruas controladas por polícias particulares e os shopping-centers, enclaves residenciais, de consumo e lazer, que se constituem em formas institucionalizadas de segregação urbana.

O futuro da metrópole do Rio de Janeiro: fragmentação e dualização?

A desindustrialização regressiva acentua de forma particular e aguda os efeitos perversos da crise do nosso capitalismo tardio. Qual será o futuro do Rio de Janeiro com a consolidação do projeto neoliberal expresso na aliança das forças locais com o governo federal em torno do objetivo de tornar a cidade apta a entrar na seleta lista das cidades mundiais? Existem possibilidades históricas para a formulação de um projeto de cidade integradora e democrática? Será inexorável a consolidação da cidade partida e sem rumo?

Os debates sobre as chamadas *global cities* vêm ocupando um lugar de destaque na reflexão sobre os efeitos da globalização sobre a estrutura sócio-espacial e na organização política das cidades. As pesquisas e reflexões sobre este tema expressam a polêmica em torno do chamado paradigma de pós-industrialização (Castells, 1989; Sassen, 1991). Algumas análises sobre Nova York, Londres e Tóquio, consideradas como exemplos de *global cities*, têm servido para afirmar a tendência à diminuição das categorias profissionais médias, inclusive os operários qualificados, em função da substituição do setor industrial pelo dos novos serviços produtivos, como centro do dinamismo das economias urbanas globalizadas. Esta tendência à dualização da estrutura social também contribuiria para a dualização espacial, através da apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo de luxo, o que tem sustentado o surgimento de uma vasta literatura sobre temas como a *Dual City* (Mollenkopf & Castells, 1992), *Quartered City* (Marcuse, 1989), *Divided Cities* (Fainstain, Gordon & Harloe, 1992).

Esta tese não é, entretanto, consensual no mundo acadêmico internacional. Entre aqueles que não aceitam integralmente o paradigma da pós-industrialização, o fato de as atividades mais globalizadas representarem uma pequena parte do emprego urbano torna necessário relativizar a tese da dualização sócio-espacial como tendência inexorável da globalização e reestruturação (Preteceille, 1988, 1993). Estudos sobre as transformações da economia de Paris justificam a adoção de tal precaução, pois nesta cidade as mudanças da estrutura sócio-espacial não tendem para uma oposição binária ricos-pobres, ainda que os contrastes físicos e estéticos das diferenças sociais estejam cada vez mais exacerbados. Se, por um lado, os espaços exclusivos das categorias sociais abastadas são evidentes, por outro, a diversidade da estrutura social e a complexidade de sua distribuição espacial continuam em crescimento. Estes estudos sobre Paris, portanto, apontam para a dificuldade de se concluir sobre o aumento ou diminuição da segregação social. Talvez a questão não seja tanto o grau, mas o padrão ou escala da segregação atualmente em evidência.

Trabalhos recentes (Storper, 1994; Preteceille, 1994) têm chamado a atenção sobre a inexistência de um modelo majoritário de globalização. Apontam a existência de dois macroprocessos em curso, que se diferenciam pelos seus impactos econômicos, sociais, políticos e urbanos. Se, com efeito, a hegemonia da economia urbana é exercida pelo capital financeiro, a cidade pode tornar-se apenas

Ribeiro, L.C.Q. et alii. (1996) *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjectura social*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/FASE.

_____. (1995) "A (in)governabilidade da cidade? Avanços e desafios da reforma urbana". In: Valladares, L. & Coelho, M.P., orgs. *Governabilidade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ribeiro, L.C.Q. & Santos Junior, O. A. (1996) *Associativismo e participação social. Tendências da organização popular no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR-UFRJ/FASE.

Rocha, S. (1994) "Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras". In: Ribeiro, L.C.Q. & Santos Junior, O. A., op. cit.

Saboia, J. (1991) *A Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de oitenta: mercado de trabalho, distribuição de renda e pobreza*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial (Texto Para Discussão Interna 259).

_____. (1994) "Tendências do mercado de trabalho metropolitano: (des)assalariamento da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho". In: Ribeiro, L.C.Q. e Santos Junior, O. A., op. cit.

Sassen, S. (1991) *The global city*. Princeton: Princeton University Press.

Soares, L.E. (1995) *Violência policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Sulamis, D. (1990) "Rio de todas as crises". Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Série Estudos, nº 80).

Stoper, M. (1994) "Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento". In: Ribeiro, L.C.Q. & Santos Junior, O. A., op. cit.

uma plataforma de exportação, reunindo empresas conectadas às redes globais de comunicação. Neste caso, apenas uma parte da estrutura urbana assume o papel de economia de aglomeração para as empresas, surgindo fortes tendências à dualização da estrutura sócio-espacial. Se, ao contrário, o capital industrial comanda a inserção da cidade na economia global, abrem-se novas possibilidades para políticas de criação de ambientes favoráveis ao *learning economy*, pela qual é viável uma estratégia não-defensiva de inserção baseada no controle das inovações tecnológicas.

Outro tema muito discutido na literatura diz respeito às tendências à fragmentação das identidades sociais geradas pela polarização e segregação sócio-espacial. No passado, tivemos exemplos de situações nas quais a segregação sócio-espacial gerou bloqueios à constituição da classe operária, na medida em que consolidou identidades fragmentadas territorialmente, como mostrou Katznelson (1981) para os Estados Unidos. Outros resultados de pesquisas indicam, porém, o contrário, ou seja, que a segregação sócio-espacial influenciou positivamente na formação da identidade da classe operária parisiense, como concluem os trabalhos de Jean-Paul Brunet (1979) e Annie Fourcaut (1986). Os estudos contemporâneos sobre Nova York (Mollenkopf & Castells, 1992) sugerem que as desigualdades sócio-espaciais reforçam as tendências à fragmentação das identidades sociais, cujo resultado é o contraste entre a capacidade de organização — coesão social — dos altos executivos e a dispersão dos grupos sociais restantes, em função da etnia, gênero e ocupação. Por este motivo, o poder é controlado por uma elite que atua em conjunto com o poder público local nos grandes projetos de reestruturação urbana na área central, aprofundando a segregação sócio-espacial.

Estas referências indicam que os efeitos da segregação sócio-espacial sobre a estrutura social e os processos de formação dos sujeitos coletivos atuam pela intermediação de fatores histórico-políticos.

A análise que empreendemos sobre as mudanças econômicas e sócio-espaciais da metrópole do Rio de Janeiro indica que a globalização pode reforçar as tendências de dualização e fragmentação já presentes no quadro da desindustrialização regressiva. Ao estudarmos⁷ o tecido associativo constatamos, com efeito, a existência de dois padrões nitidamente diferenciados em termos da capacidade de organização e mobilização, altamente correlacionados com as variáveis renda e instrução. Ou seja, os segmentos pobres e com níveis inferiores de instrução estão mais presentes nas associações comunitárias de base residencial e nas associações religiosas, ao mesmo tempo em que apresentam baixa participação nos sindicatos, associações profissionais e nos partidos políticos. Em contraposição, os segmentos de alta renda e nível superior de instrução estão mais organizados em torno dos sindicatos, associações profissionais, associações culturais esportivas e dos partidos políticos. O associativismo na metrópole fluminense está, assim, segmentado em um *padrão corporativo* e outro *comunitário-religioso*, o primeiro organizado a partir do *mundo do trabalho e da política* e outro pelo *mundo popular*. Estes padrões estão perfeitamente espacializados segundo a segregação sócio-espacial, conforme representado no mapa em anexo. O perfil associativo dominante nas favelas da cidade do Rio de Janeiro é semelhante ao encontrado para as áreas mais periféricas da região metropolitana, predominando o comunitário-religioso.

A fragmentação social constitui-se em pano de fundo da crescente fragmentação simbólica das camadas populares, pela qual destroem-se os signos e valores que anteriormente davam referência à formação de sujeitos coletivos. No antigo modelo de segregação sócio-espacial, as favelas eram unidades territoriais de identidade e cultura, fundadas na homogeneidade social, já que abrigavam um grande contingente de assalariados, e na proximidade física dos seus habitantes com o mercado de trabalho⁸. Por outro lado, a periferia metropolitana começa a ser ocupada no decênio 40/50, atraindo os segmentos dos assalariados que conseguem empregos com estabilidade e melhor remuneração, portanto reunindo as condições

(7) Estudamos o fenômeno do associativismo no estado do Rio de Janeiro através de um levantamento no qual mapeamos as organizações existentes nos campos comunitário-residencial, sindical, ONG's, assistencial-filantrópico, religioso, desportivo-lazer e cooperativado. Os padrões de participação foram identificados com base em na análise fatorial de indicadores extraídos do suplemento da PNAD de 1988. Ver Ribeiro e Santos Júnior (1996).

(8) Vejamos alguns dados. O Censo de 1948 das favelas revelou que 138 mil pessoas moravam em favelas na cidade do Rio de Janeiro, assim distribuídas: 43% moravam em favelas localizadas na zona suburbana e 21% da área central; a grande maioria tinha empregos no setor de serviços domésticos — 20% - e na de construção civil — 20%. Quando tomamos as favelas localizadas na zona suburbana, a composição era predominante de trabalhadores das indústrias que tinham se transferido do centro da cidade. De qualquer maneira, a classe trabalhadora industrial representava no conjunto das favelas cerca de 40% e se somarmos os trabalhadores da construção civil, este contingente deveria atingir cerca de 60%. Portanto, mesmo comportando diferenças internas, as favelas não eram o lugar da habitação dos trabalhadores da sobrevivência. A proximidade física e social permitia a existência de uma série de mecanismos de circulação da renda, principalmente por um conjunto diversificado de serviços pessoais. Cerca de 70% dos moradores em favelas localizadas no centro da cidade e na zona Norte trabalhavam na mesma área de localização da favela. (Abreu, 1987: 107)

(9) As associações de moradores das favelas surgem e se desenvolvem como resposta às políticas de remoção, velho sonho das elites cariocas. Assim, já no final dos anos 50, surge a Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro-FAFERJ. Já as associações de moradores surgem concomitantemente com os primeiros loteamentos periféricos, com o objetivo de pressionar os governos locais por melhorias urbanas.

necessárias para endividar-se na compra do lote e para empreender a autoconstrução. Favelas e periferia nesse momento histórico do Rio de Janeiro eram unidades territoriais e culturais com relevante papel na construção de identidades coletivas, sejam elas operárias ou populares⁹. Em razão da importância associativa das favelas e da periferia, muitas destas áreas passaram a ser objeto de disputas das forças políticas da cidade, o que dotou estes espaços de uma grande vitalidade organizativa.

No novo modelo de segregação sócio-espacial, favelas e periferia são marcadas pela retração do antigo tecido associativo e pela expansão de formas criminosas e perversas de sociabilidade. Tal mudança reforça a disseminação da cultura do medo que reconstrói os significados socioculturais das favelas e periferia: deixam de ser territórios de coagulação de valores e signos positivos, referências de identidades coletivas, e passam crescentemente ao papel de estigmatizadores e diabolizadores dos pobres, na medida em que se busca associá-los como o lugar e a origem da chamada violência urbana¹⁰.

A intensificação do movimento de des-assalariamento, empobrecimento, consolidação da "economia urbana da sobrevivência" e fragmentação social e simbólica das identidades sociais fazem emergir tendências à manutenção e ampliação de uma estrutura inacabada de classes sociais. A globalização poderá levar as fortes diferenças que hoje separam o mundo dos integrados na nova ordem econômica do mundo popular ao estado de autonomização. O resultado tende a ser a perda de alteridade interna das elites e das camadas médias e, consequentemente, sua dessolidarização com relação ao destino do conjunto da cidade.

É neste fenômeno que, ao nosso ver, devemos buscar explicações para a tão propalada incapacidade das nossas elites em construir uma identidade regional, a partir da qual poderia defender os interesses do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional. A razão não está na existência de uma cultura cosmopolita, ao contrário do que sucederia com as elites paulistas, estas sim regionalistas, e tampouco nos efeitos perversos da fusão, como querem alguns analistas da cena política carioca-fluminense. As nossas elites estão histórica e estruturalmente incapacitadas de formular um projeto na medida em que olham para o povo do Rio de Janeiro não como seu *alter-ego*, como um opositor social e político contra o qual é necessário se bater e algumas vezes negociar. As raízes desta incapacidade estão na nossa transição da economia mercantil-escravista para uma economia especulativa-urbana, que fez sobreviver na cidade a lógica e a cultura da acumulação mercantil. A globalização acentua esta ausência de alteridade, na medida em que o projeto de inserção da cidade no mercado mundial se reduz aos objetivos de criar uma plataforma de serviços capaz de atrair os capitais internacionais.

A prevalecerem estas tendências, estaremos caminhando para a constituição de uma cidade partida em duas dinâmicas sociais e políticas, que fragmentam o mundo popular e unificam as elites e as camadas médias e, ao mesmo tempo, os dissociam em tempos e espaços diferentes, fazendo com que a cidade perca o controle da sua historicidade.

(10) Os resultados de recente pesquisa (Soares, 1995) realizada sobre a criminalidade violenta na cidade do Rio de Janeiro — homicídio doloso e o roubo seguido de morte — surpreendem, porém, este senso comum em construção pela mídia e por certos meios intelectuais. De fato, não há uma distribuição democrática da violência, de forma que a cada cidadão caberia uma razão idêntica de medo e risco. Há, ao contrário, uma distribuição social da violência, de tal forma que coloca em situação de risco a população de 18 a 24 anos, de cor preta e com pouca instrução. A população branca, com idade acima dos 35 anos, renda elevada, alto nível de instrução e moradora das áreas mais centrais da cidade corre menor risco de ser vítima de crime violento do que a população jovem, negra e parda, com baixa renda, baixa instrução e moradora das áreas periféricas da cidade. Há cidades diferentes em matéria de violência.

Recebido para publicação em junho de 1996.

Luiz César de Queiroz Ribeiro é coordenador do Observatório de Política Urbana e Gestão Municipal (Rio de Janeiro).

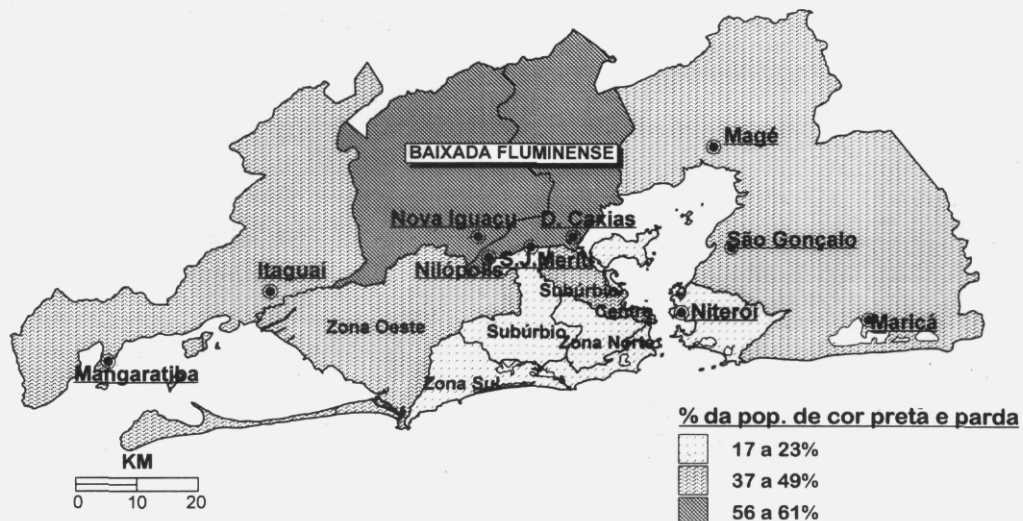
Novos Estudos
CEBRAP

N.º 45, julho 1996
pp. 167-182

ANEXO

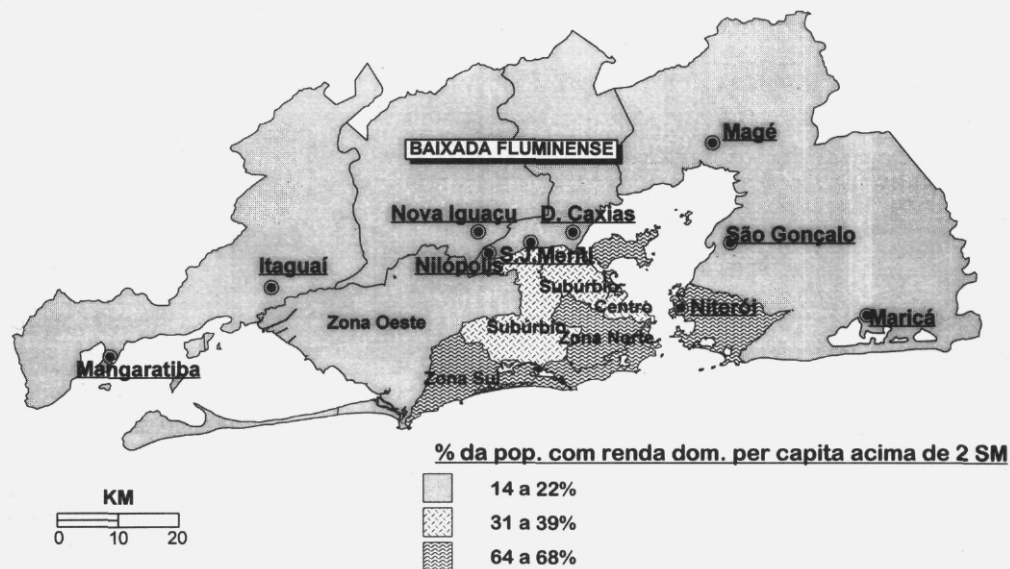
Mapas da polarização sócio-espacial na metrópole do Rio de Janeiro

Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRJ
POPULAÇÃO DE COR PRETA E PARDA
 REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1987



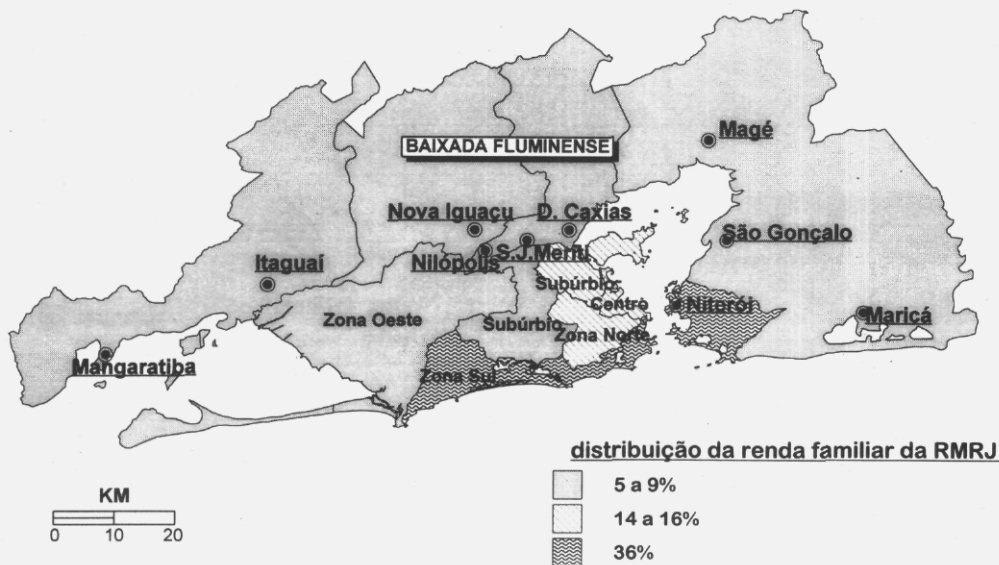
Fonte: IBGE - PNAD - 1987

Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRJ
RENDА DOMICILIAR PER CAPITA ACIMA DE DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS
 REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1981



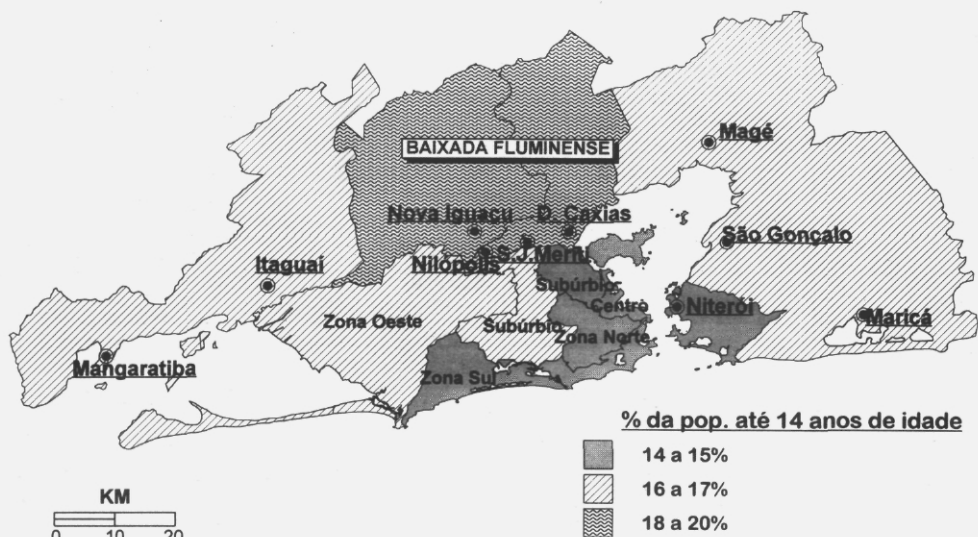
Fonte: IBGE - PNAD - 1981

Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRJ
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1990



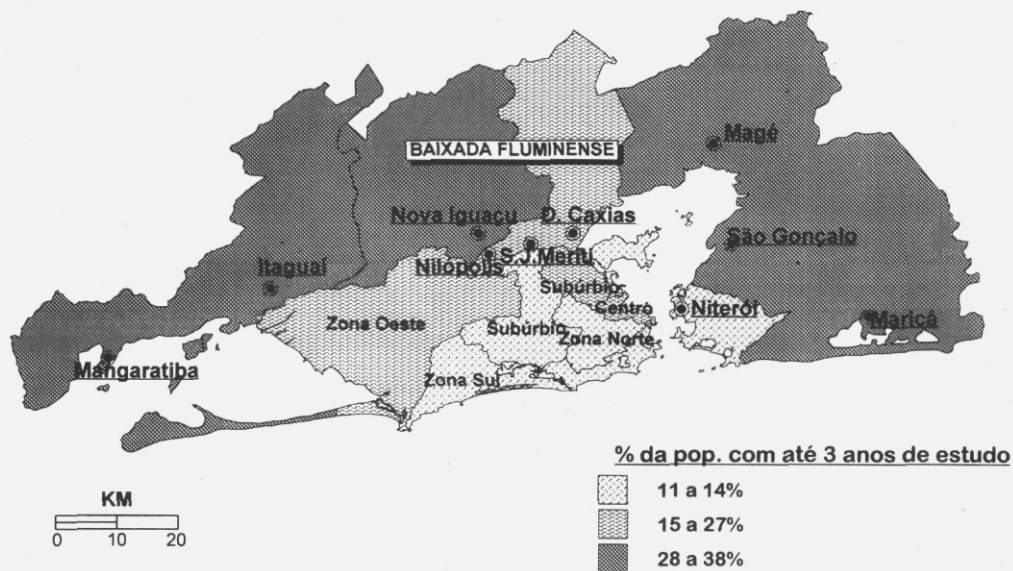
Fonte: IBGE - PNAD - 1981

Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRJ
POPULAÇÃO ATÉ 14 ANOS
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1981



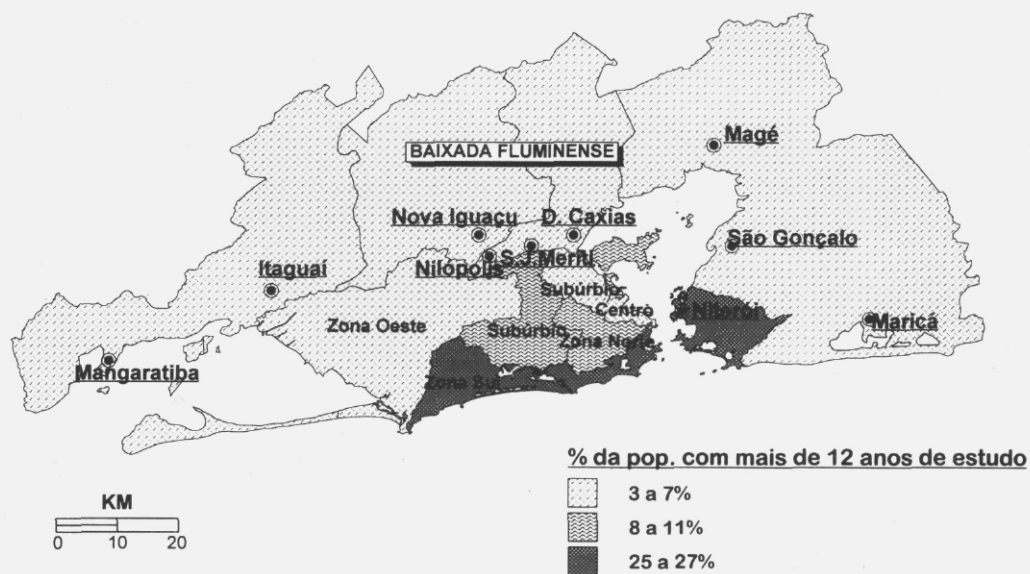
Fonte: IBGE - PNAD - 1981

Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRRJ
POPULAÇÃO ACIMA DE 25 ANOS COM ATÉ 3 ANOS DE ESTUDO
 REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1981



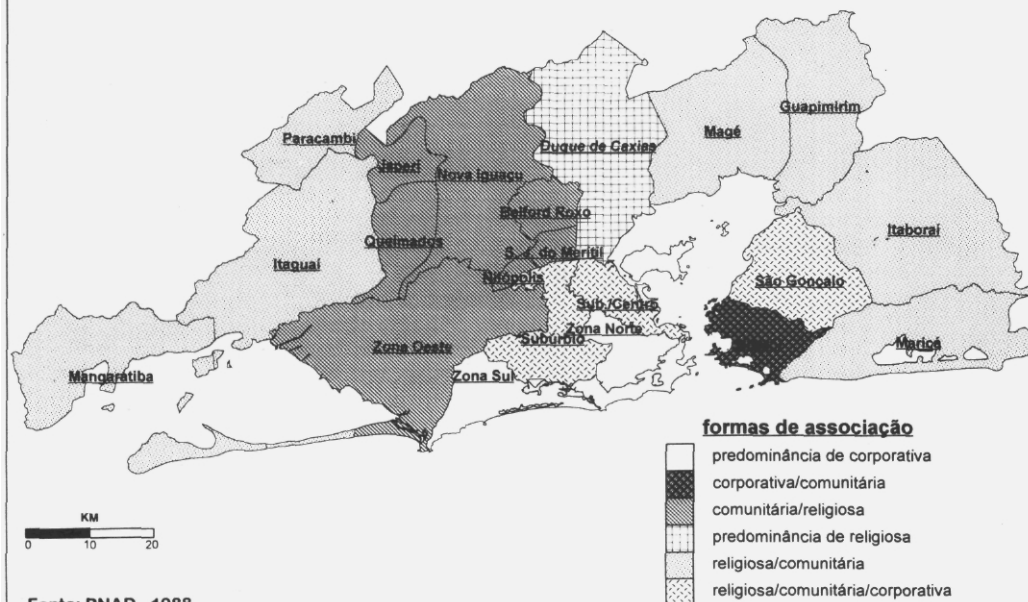
Fonte: IBGE - PNAD - 1981

Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRRJ
POPULAÇÃO ACIMA DE 25 ANOS COM MAIS DE 12 ANOS DE ESTUDO
 REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1981



Fonte: IBGE - PNAD - 1981

Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal - IPPUR/UFRJ-FASE
ASSOCIATIVISMO
 REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1988



Fonte: PNAD - 1988